



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

NUP N. 08410.005158/2023-51

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA SR/PF/PI

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui (☒) OBRA / (☐) SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte justificativa:

Dadas as características, o empreendimento se enquadra no conceito de **obra de engenharia**, conforme definido no inciso XII do Art. 6º da Lei 14.133, de 1 de abril de 2021, visto que se trata de atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é (☐) COMUM / (☒) ESPECIAL, sob a seguinte justificativa:

O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada de engenharia ou arquitetura para a construção de uma edificação totalmente nova, se enquadrando, portanto, no conceito de obra de engenharia, conforme já exposto anteriormente. Logo, a modalidade pregão eletrônico não poderá ser utilizado. A modalidade que se enquadra ao objeto é Concorrência Pública e envolve especialidades técnicas e áreas de conhecimento diversas.

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a **justificativa** abaixo:

☒ empreitada por preço unitário

☐ empreitada por preço global

☐ empreitada integral

☐ contratação por tarefa

☐ contratação integrada

☐ contratação semi-integrada

☐ fornecimento e prestação de serviço associado

A solução escolhida pela Administração, por ser a mais viável técnica e economicamente, foi a contratação no Regime de Empreitada por Preço Unitário, por ser o regime mais garantidor do princípio da economicidade e melhor trato com os recursos financeiros que serão empregados.

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o Projeto Básico e demais documentos técnicos foram elaborados por profissionais habilitados de engenharia e arquitetura, com emissão de ART e RRT.

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

Para os itens não contemplados no SINAPI, FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo (sistema ORSE);

Por se tratar de obra específica, sem contratação contemporânea (até um ano) equivalente na região, foram realizadas cotações de mercado, sendo sempre solicitadas propostas de pelo menos 3 fornecedores.

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

Foram juntadas as planilhas sintéticas e as planilhas analíticas.

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

Consta nos autos

Na presente licitação:

Foram utilizadas as tabelas de referência mais atualizadas.

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

Foram adotadas composições **do SINAPI**, composições “**adaptadas**” **do SINAPI**, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes, além de composições “**próprias**”, extraídas de fontes **extra-SINAPI**, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos compreendem **apenas** os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**:

(X) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, sendo adotado o parâmetro médio.

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

PREVÊ pagamentos **conforme execução realizada** para os custos diretos e **pagamento proporcional** para a administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

Foram juntadas as Curvas ABC relativas aos INSUMOS e SERVIÇOS.

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos.

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: (X) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU:

Administração central: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil;

Seguro e garantia: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil;

Risco: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil;

Despesa financeira: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil;

Lucro: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil.

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, (X) SERÁ ou () NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte **justificativa**:

Para aquisição de equipamentos, será utilizado BDI diferenciado.

A alíquota nominal de ISS para o município de Teresina/PI na prestação de serviços "7.02 Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil..." é de 3% (três por cento) sobre serviços, conforme Anexo VIII da Lei Complementar nº 4.974, de 26 de dezembro de 2016 (Código Tributário do Município de Teresina). No entanto, o Art. 187, § 3º, estabelece que "Na hipótese de não comprovação do valor dos materiais fornecidos pelo prestador do serviço, nas situações previstas nos subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviços, o prestador do serviço deverá discriminar, em sua Nota Fiscal de Serviço, a dedução dos percentuais abaixo discriminados: I – execução por empreitada ou subempreitada de obras de construção civil... 40%...". Portanto a alíquota efetiva de ISS a ser aplicada sobre o faturamento é de 1,80% (um inteiro e oito décimos por cento), resultante da multiplicação da alíquota de 3% pelo percentual de 60% (valor do serviço após a dedução do valor referente a materiais).

Foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

Foi adotado o parâmetro do () 1º quartil ou (X) médio ou () 3º quartil.

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

(X) FOI juntado aos autos

() NÃO foi juntado aos autos.

13. PROJETO EXECUTIVO

FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (☒) CREA e/ou ao (☐) CAU e/ou ao (☐) CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

Por se tratar de serviço especializado, com expressiva qualificação técnica, deverá ser contratada empresa registrada no Conselho Regional de Engenharia – CREA.

Capacidade técnico-profissional e técnico-operacional

Na presente licitação:

Serão exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional e técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto:

Para os serviços de obra civil de construção similar: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 48% dos quantitativos licitados;

Para os serviços de climatização: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 47% dos quantitativos licitados;

Para os serviços de concreto armado: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 46% dos quantitativos licitados;

Para os serviços de esquadrias de alumínio e vidro: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 47% dos quantitativos licitados;

Para os serviços de divisória: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 46% dos quantitativos licitados;

Para os serviços de painel de revestimento metálico para fachada: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 45% dos quantitativos licitados;

Para os serviços de transformador elétrico: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados;

Para os serviços de cabo de rede: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 46% dos quantitativos licitados.

Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte **justificativa** técnica:

A execução sucessiva de objetos de pequena dimensão não capacita a empresa automaticamente para a execução de objetos maiores, devido ao grau de complexidade elevado do objeto. A empresa a ser contratada tem que comprovar que está tecnicamente qualificada para executar empreendimento conforme especificações e quantidades previamente determinadas.

Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de apresentação de proposta;

Caso a empresa licitante não tenha os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica em seu quadro permanente na data prevista para entrega da proposta, admite-se que o vínculo seja comprovado mediante declaração de disponibilidade/contratação futura do profissional;

Qualquer profissional poderá vir a ser substituído, no momento da contratação ou durante a execução do objeto, por profissional com qualificação técnica que satisfaça as exigências do certame.

15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será (☒) FACULTATIVA ou (☐) OBRIGATÓRIA, e o licitante (☒) PODERÁ ou (☐) NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica: Há imagens de satélite disponíveis na internet e consideradas suficientes para compreender a situação do terreno e da região.

16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado (☐) NÃO ADMITIU ou (☒) ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e **justificativas** técnicas:

Por se tratar de obra complexa, com características e serviços multidisciplinares, é permitida a subcontratação das parcelas do objeto, após acordo prévio com a fiscalização, com exceção da administração da obra.

A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica previstos em Lei e necessários para a execução do objeto.

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de (☐) CAPITAL MÍNIMO ou (☒) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual limite de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte **justificativa** técnica:

O §4º do art. 69 da Lei n. 14.133/21 possibilita à Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, a fixação no edital de exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. O percentual de 10% (dez por cento) é necessário por se tratar de empreendimento de alto nível de complexidade e funcionalidade:

- Estrutura física com materiais mistos e não convencionais (concreto protendido, por exemplo);
- instalações especiais (laboratórios, estande de tiros, área técnica com diversidade de equipamentos: *chiller; nobreak; grupo gerador, bombas de alta potência*);

- segurança institucional.

Além do mais, a Polícia Federal no Piauí não tem possui própria e desempenha suas funções de forma precária, comprometendo o desenvolvimento de suas atividades e segurança do seu corpo profissional. Todas as medidas possíveis para garantir o sucesso na contratação e consequente entrega do objeto estão sendo tomadas.

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

() PERMITIDA a participação de consórcios. (*Não é necessário justificar*)

(X) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte **justificativa**:

Embora seja admitida a possibilidade de consórcio em contratações que envolvam obra complexa e de relevante vulto, entende-se que não há benefício ou necessidade de segmentação ou divisão empresarial para a realização dos serviços objeto dessa contratação.

No mercado, existem empresas, tanto em termos de quantidade, quanto de capacidade técnica, no segmento objeto desta contratação em número suficiente para garantir a competitividade do certame. Fato esse corroborado por outras contratações de empresas que atuaram nas construções de outras obras de mesmo porte e de mesma complexidade em Superintendências da Polícia Federal, em outras unidades da Federação.

Ressalta-se que, ao passo que é ventilada a diminuição da concorrência ao vedar o consórcio, surge a possibilidade de redução no caráter competitivo ao aderir a ele, pois as empresas poderiam acordar entre si para participar da licitação.

Desta forma, a vedação à participação de consórcios neste certame não representa qualquer restrição ao universo de potenciais licitantes.

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será (X) VEDADA ou () PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte **justificativa**:

Os serviços envolvidos são usualmente realizados no mercado por empresas de engenharia, existindo, na execução dos serviços, a necessidade de subordinação jurídica dos profissionais com a pessoa jurídica contratada, pessoalidade e habitualidade.

Segundo a Súmula 281 do TCU: É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

Ademais, a participação de cooperativas só deve ser permitida quando a gestão operacional do serviço puder ser executada de forma compartilhada ou em rodízio, pelos próprios cooperados – e os serviços contratados também deverão ser executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será (X) EXIGIDA ou () DISPENSADA a apresentação de garantia de execução

contratual, com base na seguinte **justificativa**:

Trata-se da execução de obra de engenharia de alta complexidade: construção de nova sede para a Superintendência Regional da Polícia Federal no Piauí, executada por empresas do ramo da construção civil, sendo que a não execução ou o abandono da execução por parte da contratada poderá acarretar enormes prejuízos à segurança institucional, a toda a programação realizada, além de danos ao Erário.

Diante disso, A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

A Contratada apresentará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado, quando optar pela modalidade seguro-garantia.

21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

(X) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

(X) verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

(X) verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

(X) verificou o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Projeto Básico foram verificados a partir do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, 2ª edição, setembro/2019, aplicáveis a presente contratação, anexo deste processo.

Em observância à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro 2010, os projetos consideraram o uso de materiais e equipamentos que irão reduzir o impacto ambiental, tais como:

- Utilização de equipamentos de climatização mecânica com baixo consumo de energia, e serão instalados em ambientes realmente indispensáveis;
- Geração própria de energia a partir de placas fotovoltaicas;
- Utilização de lâmpadas de LED e fluorescentes com alto rendimento e eficiência, e de baixo consumo de energia;
- Utilização de materiais recicláveis e/ou biodegradáveis, reduzindo a necessidade de manutenção;
- Observância ao gerenciamento de resíduos à serem gerados, conforme determina a Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

A LICITANTE contemplada deverá seguir recomendações constantes nos anexos do Projeto Básico e legislações vigentes.

A LICITANTE deverá apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental conforme modelo constante nos anexos do Projeto Básico, documento integrante da proposta.

Teresina/PI, 02 abril de 2024.

JOSÉ DE FRANÇA FILHO

Perito Criminal Federal

GTED/SR/PF/PI



Documento assinado eletronicamente por **JOSE DE FRANCA FILHO, Perito(a) Criminal Federal**, em 02/04/2024, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=34631165&crc=74A54287.

Código verificador: **34631165** e Código CRC: **74A54287**.

Referência: Processo nº 08410.005158/2023-51

SEI nº 34631165